

O regresso da política externa

Publicação: [O Mundo em Português Nº57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autor: Hugo Sobral

Dos vários inquéritos e sondagens realizados recentemente, por ocasião das eleições americanas, um dos mais interessantes é o do Pew Research Center for the People and the Press, cujos resultados vêm demonstrar que as questões relativas à segurança e à política externa voltaram a dominar as preocupações dos eleitores norte-americanos.

Tal sucedeu pela última vez há 34 anos, nas eleições presidenciais de 1972, cuja campanha foi dominada pela intervenção americana no Vietname. As eleições ficaram decididas duas semanas antes da votação, quando o então Secretário de Estado Henry Kissinger anunciou que a paz estaria para breve, contribuindo decisivamente para a reeleição de Nixon contra o candidato democrata George McGovern.

A queda de Saigão assinalou o final de um ciclo iniciado na Segunda Guerra Mundial e marcado pela predominância dos assuntos de segurança e das questões de política externa nas preocupações do eleitorado. Desde então, os assuntos domésticos, e em particular as questões económicas, assumiram-se como o elemento decisivo nas eleições presidenciais norte-americanas. O ano de 1992 registou o maior fosso entre as prioridades dos eleitores, com as questões económicas a pesarem dezassete vezes mais do que as questões relativas à segurança e à política externa. Nas eleições desse ano, ficou celebrizado o mantra *it's the economy, stupid!* inventado por James Carville, o todo-poderoso estratega da campanha presidencial de Bill Clinton. Nessa altura, poucos pensavam que, no mundo unipolar que então se começava a desenhar, as questões económicas deixariam de ser o elemento determinante das eleições presidenciais americanas. Contudo, os atentados do 11 de Setembro, as intervenções militares no Afeganistão e no Iraque e a guerra contra o terrorismo devolveram à política externa e de segurança a centralidade que tinham perdido nos confrontos eleitorais norte-americanos.

De acordo com o inquérito do Pew Research Center, quatro em cada dez americanos apontam agora as questões internacionais e de defesa como os problemas mais importantes que o próximo Presidente terá de resolver, enquanto apenas um em cada

dez menciona as questões económicas como as mais relevantes. 67% dos entrevistados consideram que os Estados Unidos têm vindo a perder o respeito da comunidade internacional e cerca de metade mostra-se preocupada com esse facto. Para além disso, um número significativo de entrevistados (49%) declarou que a política externa dos EUA deveria levar mais em conta as opiniões dos aliados, contra 37% que acham que se deveria basear sobretudo nos interesses americanos. Na mesma linha, 74% opinam que os Estados Unidos deveriam partilhar o seu papel de liderança no mundo, contrastando com os 11% que acham que os EUA deveriam ser os únicos líderes mundiais. Apenas 9% consideram que os EUA não deveriam ter qualquer tipo de intervenção nas questões internacionais, o que comprova que o fantasma do isolacionismo, evocado por vezes por alguns políticos e analistas, não tem correspondência nas opiniões dos eleitores. Questionados sobre como deveria ser conduzida a política externa americana, os entrevistados dividem-se entre os que advogam uma postura «cautelosa e expectante» (66%) e os que preferem uma atitude «decidida e influente» (62%). No entanto, o elemento mais interessante da resposta a esta pergunta é que quase três quartos (72%) dos entrevistados consideram que os princípios morais deveriam ser o leitmotiv da política externa dos EUA. A conclusão evidente face a estes dados é que a política externa está de novo no topo da agenda norte-americana. Todavia, um olhar mais atento sobre estes resultados e a sua comparação com outros elementos deste inquérito permitem tirar outro tipo de ilações.

Com efeito, o inquérito do Pew Research revela que, pela primeira vez em muitos anos, existe um crescente distanciamento entre as opiniões dos republicanos e dos democratas quanto às questões internacionais e de defesa. O posicionamento dos entrevistados de ambos os partidos quanto ao acontecimento que espoletou todo este reequacionar de prioridades – o 11 de Setembro – é demonstrativo do fosso existente. Assim, enquanto em Setembro de 2001 apenas 40% dos entrevistados democratas consideravam que a política externa norte-americana poderia ter estado na base dos ataques terroristas, actualmente esse número cresceu 11 pontos percentuais, existindo 51% de entrevistados que têm essa opinião. Já no campo republicano a tendência é inversa. Em Setembro de 2001, 27% dos entrevistados admitiam a possibilidade de os ataques poderem ter sido originados pela política externa americana. Hoje, apenas 17% partilham essa posição – 10% menos. De forma previsível, a guerra no Iraque é o assunto que, actualmente, mais divide republicanos e democratas. Nove em dez democratas acham que o Presidente Bush não tem um plano credível para lidar com a situação no Iraque, enquanto oito em dez republicanos respondem positivamente. Ainda

a este respeito, 82% dos eleitores de Bush consideram que a guerra no Iraque ajudou no combate ao terrorismo, contrariamente ao que opinam 74% dos eleitores de Kerry.

Assim, este inquérito permite-nos tirar duas conclusões que se relacionam entre si. Em primeiro lugar, à medida que as questões internacionais e de segurança vão ganhando maior protagonismo nas eleições americanas, assiste-se a uma progressiva erosão do consenso inter-partidário existente relativamente a esta matéria. A segunda conclusão decorre da primeira: sendo a política externa o elemento decisivo das campanhas, é natural que as posições dos dois partidos sobre esta matéria divirjam, com tendência até para se extremarem, como forma de diferenciação das candidaturas e dos respectivos programas.

No entanto, existe outra leitura possível destes resultados. O 11 de Setembro e o fenómeno do terrorismo provocaram mudanças paradigmáticas em múltiplos domínios, desde logo na área da segurança, mas também nas relações internacionais e nos próprios conceitos de exercício do poder. No capítulo da segurança esbateu-se a fronteira entre as dimensões interna e externa. As ameaças deixaram de ser vistas de uma forma isolada e dissociável. A mobilidade, a imprevisibilidade e a transnacionalidade das redes terroristas obrigam os Estados a desenvolver políticas de segurança que ultrapassem os seus limites territoriais, alcançando espaços mais amplos.

Também no domínio da política externa, e sobretudo na percepção que o eleitorado tem desta política, se assiste a um fenómeno semelhante : o da «internalização» das questões internacionais. Com efeito, se é certo que o terrorismo é, na sua essência, um acto irracional e niilista, também é verdade que existe toda uma retórica que o alimenta e justifica aos olhos dos seus perpetradores. Concretamente, os diversos atentados terroristas vieram mostrar que as opções dos governos em relação ao que se passa hoje, por exemplo, no Médio Oriente, se podem repercutir a milhares de quilómetros de distância, nas ruas de Nova Iorque, Madrid, Casablanca ou Jacarta, e que o conflito se transforma também num problema norte-americano, espanhol, marroquino ou indonésio. Pelo menos, é esta a percepção dos respectivos eleitorados.

Desta forma, poderíamos concluir que os factores prevaletentes nas escolhas eleitorais continuam a ser os domésticos, só que, desta vez, o que está na sua base não são variáveis de ordem interna mas sim de ordem internacional.

Quer se adopte uma ou outra leitura, a máxima que defende que deveríamos votar nas eleições norte-americanas, dado que o seu resultado nos influencia a todos, ganha um

sentido biunívoco. É que, actualmente, os Estados Unidos também têm de se preocupar com o que se passa no resto do mundo, provavelmente como nunca até aqui.